



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

### Interpeleção Oral

Dois anos após o incêndio no Templo de Na Tcha, causado por um curto-circuito, na madrugada do 3.º dia depois do Ano Novo Chinês, o pavilhão principal do Templo de A-Má foi alvo de um incêndio, possivelmente originado por um curto-circuito de uma lâmpada ritual. Apesar de não existir perigo iminente na sua estrutura principal, conforme a investigação preliminar, vários objectos de madeira ficaram gravemente danificados.

Na verdade, quanto à segurança contra incêndio nos templos de Macau, o Instituto Cultural (IC) e o Corpo de Bombeiros (CB) realizaram uma inspecção conjunta em vários templos no fim do mês passado. Além de examinarem os equipamentos contra incêndio, alertaram os administradores dos templos para a sua manutenção regular, bem como para a inspecção e manutenção periódicas dos dispositivos e cabos eléctricos. Instruíram os respectivos funcionários para apagar os incensos e as velas todos os dias ao deixarem os templos, e evitar o armazenamento de objectos inflamáveis. Mesmo assim, o incêndio não foi evitado. O caso despertou a atenção da sociedade quanto à segurança contra incêndios e à administração e fiscalização dos templos.

Os templos de Macau são locais de prática religiosa e atracções turísticas. Mais, alguns deles fazem parte do património cultural de Macau. Visto que os custos relativos ao funcionamento e à reparação da maioria dos templos são assegurados pelo erário público, o Governo tem a obrigação, devido à



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

garantia do bom uso desse dinheiro enquanto interesse público e à responsabilidade pela conservação do património cultural, de legislar quanto antes sobre a administração dos templos, e de reforçar o papel de fiscalização dos respectivos órgãos neste âmbito, a fim de melhor preservar os templos e os seus bens culturais.

Assim sendo, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. Presentemente, as «Orientações para a Segurança contra Incêndios nos Templos de Macau», definidas há alguns anos, são a única norma sobre este assunto e não são vinculativas, sendo aplicadas voluntariamente, o que é muito desfavorável à garantia da segurança contra incêndios. Para garantir a regulamentação dos respectivos trabalhos, o Governo vai, com base na Lei de Salvaguarda do Património Cultural, atribuir força vinculativa às referidas orientações e aditar-lhes disposições sancionatórias?
2. Além dessa lacuna sobre a segurança contra incêndios, verifica-se um vazio na regulamentação sobre a administração dos templos de Macau, que é desempenhada geralmente por uma associação ou uma pessoa responsável, mantendo o modelo que existia antes da classificação de Macau como património mundial. O IC limita-se a financiar o funcionamento e a manutenção. Em caso de litígios relativos ao poder de administração e à propriedade, este modelo



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

coloca o Governo numa situação muito passiva e dificulta a responsabilização pela conservação do património cultural. O Governo vai definir um regime jurídico sobre o assunto, atendendo às necessidades reais, e criar um organismo e nomear representantes da sociedade para a administração centralizada dos templos?

3. Que mecanismos e medidas é que o Governo tem para a manutenção, conservação e fiscalização dos templos e de outros tipos de património cultural no centro histórico?

---

18 de Fevereiro de 2016

A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Kwan Tsui Hang